



A fundamental relação entre os âmbitos doméstico e público na habitação social

The fundamental relationship between domestic and public spheres in social housing

La relación fundamental entre las esferas doméstica y pública en la vivienda social

NUNES, Orlando Vinicius Rangel ¹

GUINANCIO, Cristiane ²

¹ Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.
orlandovrnunes@gmail.com
ORCID ID: 0000-0002-2771-3786

² Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
cristiane-g@uol.com.br
ORCID ID: 0000-0002-1575-1064

Recebido em 31/07/2020 Aceito em 03/12/2020



Resumo

A necessidade de condições adequadas de vida para a população, particularmente para os que vivem em áreas de vulnerabilidade social, é tema recorrente na literatura das ciências sociais aplicadas. Fatores como deficiência nas infraestruturas e nos serviços, exclusão do mercado imobiliário formal, segregação socioespacial e condições precárias de salubridade caracterizam esses territórios. A insegurança e hostilidade existentes tem resultado no afastamento da população dos espaços públicos e as residências se fecham para o exterior. Nesse contexto, o artigo tem como objetivo apontar a necessidade da relação entre os âmbitos doméstico e público como aspecto fundamental para a realização da vida dessas famílias. Para isso utiliza-se o método da pesquisa-ação, referenciando-se no percurso histórico da Habitação Social no Brasil e em conceitos e reflexões consolidadas, para aplicação em estudo de caso no Distrito Federal, Brasil. Os resultados alcançados evidenciaram a contribuição do resgate das conexões interior-exterior das moradias para a qualificação das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: habitação de interesse social, âmbitos doméstico e público, modos de vida.

Abstract

The need for adequate living conditions for the population, particularly for those living in areas of social vulnerability, is a recurring theme in the applied social sciences literature. Factors such as deficiency in infrastructure and services, exclusion from the formal real estate market, socio-spatial segregation and precarious health conditions characterize these territories. The existing insecurity and hostility has resulted in the population moving away from public spaces, and residences are closed to the outside. In this context, the article aims to point out the need for the relationship between the domestic and public spheres as a fundamental aspect for the realization of these families lives. For this, the participatory research method is used, referencing the historical path of Social Housing in Brazil and consolidated concepts and reflections, for application in a case study in the Federal District, Brazil. The results achieved demonstrated the contribution of houses interior-exterior connections for the qualification of living conditions of social vulnerability populations.

Key-Words: Social Housing, Domestic and Public Spheres, Ways of Life.

Resumen

La necesidad de condiciones de vida adecuadas para la población, particularmente para quienes viven en áreas de vulnerabilidad social, es un tema recurrente en la literatura de las ciencias sociales aplicadas. Factores como la deficiencia en infraestructura y servicios, la exclusión del mercado inmobiliario formal, la segregación socioespacial y las precarias condiciones de salud caracterizan a estos territorios. La inseguridad y hostilidad existente ha provocado que la población se aleje de los espacios públicos y las residencias se cierren al exterior. En este contexto, el artículo tiene como objetivo señalar la necesidad de la relación entre el ámbito doméstico y público como aspecto fundamental para la realización de la vida de estas familias. Para eso, se utiliza el método de investigación participante, referido a la trayectoria histórica de la Vivienda Social en Brasil y a conceptos y reflexiones consolidados, para su aplicación en un estudio de caso en el Distrito Federal, Brasil. Los resultados alcanzados mostraron el aporte del rescate de las conexiones interiores-exterior de las viviendas para la calificación de las condiciones de vida de la población en situación de vulnerabilidad social.

Palabras clave: vivienda social, esferas domésticas y públicas, formas de vida.



1. Introdução

No âmbito da Habitação de Interesse Social – HIS, os direitos constitucionais à saúde, à moradia e à cidade têm sido comprometidos diante da segregação socioespacial urbana, do estrangulamento de infraestruturas e da degradação ambiental. As famílias em vulnerabilidade social estão expostas a condições de precariedade, insalubridade e superlotação das suas habitações, o que potencializa a sua vulnerabilidade à contaminação no atual contexto de pandemia da COVID-19. A inadequação das condições físicas é agravada em face da hostilidade e agressividade inerentes ao contexto urbano, visto que são estabelecidas rupturas das conexões entre os âmbitos doméstico e o público, por meio de fechamentos frontais nas residências, visando à segurança desejada. Este limiar configura-se como uma zona intermediária que materializa no espaço as tensões resultantes de forças de natureza social, econômica e política.

Neste artigo os âmbitos doméstico e público referenciam-se à compreensão de que a vida se realiza pelo conjunto de atividades humanas que caracterizam a dinâmica familiar e social. Engloba as necessidades básicas cotidianas e as respectivas interações sociais, considerando-se que a vida das famílias não se limita à moradia, mas envolve a satisfação da vivência coletiva no espaço urbano. Nesse sentido a reflexão fundamenta-se pelo entendimento do "habitar", que se realiza nas dimensões prática e simbólica (REIS CABRITA, 1995; CORREA, 2007; PEREIRA, 2012; COELHO, 2012). Essa orientação remete à necessária conexão entre o interior e o exterior da moradia, para que se viabilize a relação entre os âmbitos doméstico e público.

Compreende-se que a habitação é concebida como processo, permitindo a contínua adequação às necessidades das famílias (BLUMENSCHNEIN et al., 2015). No âmbito da moradia, considera-se que o atendimento das necessidades presentes e o acolhimento de expectativas futuras poderão viabilizar um maior grau de adequação às necessidades dos moradores. No âmbito do espaço exterior, compreende-se que a vivência coletiva é complementar à vida familiar e individual. A vizinhança e o bairro atuam como extensão da habitação.

O tema tem sido esquadrihado por diversas perspectivas, das quais se destacam mais recentemente as pesquisas sobre: configuração espacial (SUN; PONT; LEGEBY, 2017; TOPRAK; ÜNL; NES, 2019; ZEROUATI; BELLAL, 2020) e desenho urbano (DE PAOLI, 2014; MÜLLER; TRUBINA, 2020; CIANCIOOTTO, 2020). Assim como apontou Furlan e Duda (2019), são escassos os artigos que buscam investigar concomitantemente a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS e a relação dos âmbitos doméstico e público.

Nesse contexto, o artigo tem por objetivo apontar a necessidade da relação entre os âmbitos doméstico e público como aspecto fundamental para a realização da vida no ambiente urbano. Para isso ampara-se em entendimentos consolidados na literatura, referenciando-se ao percurso histórico da HIS e observando-se as relações entre os âmbitos doméstico e público. Destaca-se que embora este tema individualmente seja frequente nos estudos e pesquisas, o entendimento dessa articulação apresenta-se pouco explorado. O objeto de pesquisa é a Ação de Melhoria Urbana empreendida em uma Praça da Cidade Estrutural, no Distrito Federal, que permitiu: (1) a coleta de dados sobre as condições da formação histórica do território e das relações sociais a ele inerentes; (2) a aplicação dos principais conceitos observados na literatura.

Os procedimentos metodológicos se orientaram pelo método da Pesquisa-ação, por se sedimentar em avaliação qualitativa das manifestações sociais e se vincular a intervenções (GORI, 2006), com objetivos que se alinham com a ação urbana realizada. Segundo Thiollent (2000), a pesquisa-ação assume objetivo instrumental na medida em que visa resolver um problema prático, de ordem técnica; contribui para a tomada de consciência coletiva, pois visa desenvolver a conscientização a respeito de problemas locais; e se orienta para a produção de conhecimento, que não se restringe à coletividade considerada na investigação.

A Pesquisa-ação adota como estratégia metodológica o planejamento participativo (DEMO, 1995), que se desenvolve em três momentos: (i) o autodiagnóstico estabelece a confluência entre os saberes científico e popular (conhecimento, acumulação e sistematização dos dados); (ii) a construção da estratégia de enfrentamento prático permite a identificação de problemas e o estabelecimento de prioridades a partir do conhecimento sistematizado (comprova a capacidade da comunidade na construção de projeto comum); (iii) o terceiro momento evidencia a necessidade de organização para o



enfrentamento de problemas.

A abordagem se inicia por uma síntese histórica da produção da HIS no Brasil a partir do século XX. São contemplados as políticas e programas públicos de maior escala, observando-se a conjuntura em que se realizaram. Destaca-se que, após a década de 1960, essas políticas privilegiaram, na sua maioria, a construção das habitações com foco na quantidade e não na qualidade. Em consequência de inadequações às necessidades das famílias, intervenções realizadas nas unidades habitacionais geraram uma tensão entre os âmbitos doméstico e público.

Na sequência são elencados conceitos e reflexões de autores que se debruçaram sobre essa reflexão, sendo aplicados em estudo de caso. São apresentadas as condições de planejamento e implementação da Ação Urbana na Praça, com foco na relação entre os âmbitos doméstico e público, buscando-se caracterizar o "habitar" inter-relacionado, assim como os elementos físicos que caracterizam essa interface tal como muro, calçada e aberturas.

As reflexões evidenciaram a expressiva implicação das estruturas históricas e macro-sociais no comprometimento da vida cotidiana nas parcelas menos favorecidas da população. Por outro lado, a Ação Urbana implementada contribuiu para a qualificação das condições do "habitar" por meio da transformação da relação interior-exterior da moradia, alterando-se de um contexto em que as famílias se isolavam do espaço público para uma condição em que passaram a se relacionar por meio de elementos físicos de acessibilidade e comunicabilidade. Estes aspectos apontam como fundamentais as conexões entre os âmbitos doméstico e público, estabelecendo condições adequadas para a realização do "habitar" em áreas de vulnerabilidade social.

2. O contexto da Habitação Social no Brasil e a relação entre os âmbitos doméstico e o público

Em fins do século XIX e início do século XX, na transição da economia agrícola para o início da industrialização, as cidades brasileiras sofreram um rápido incremento populacional. A restrição de espaços afetou majoritariamente as parcelas menos favorecidas. Foram consequências desse processo a escassez de habitação e graves problemas de salubridade (OLIVEIRA, 1971). Ao longo do século XX, diferentes formas de atendimento foram implementadas por iniciativas institucionais ou pela autogestão voltadas para faixas de renda distintas. Realizaram-se soluções quantitativamente significativas, embora com alcance limitado em face das proporções da demanda.

A partir da primeira década do século XX, observou-se a atuação crescente de industriais, instituições públicas, companhias ferroviárias e empresas de construção na produção da habitação (CORREIA, 2004). As intervenções promoveram a valorização de parcelas urbanas e a consequente segregação socioespacial. A exclusão da população pobre dos centros urbanizados e o contínuo aumento da demanda habitacional determinaram a necessidade de maior atuação do Estado.

Na década de 1930, ações governamentais na produção de unidades habitacionais começaram a ser observadas, com prioridade para a classe trabalhadora. As discussões e proposição de soluções foram influenciadas pelo conceito da moradia mínima do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM de 1929. Os princípios modernistas adequavam-se ao projeto nacional-desenvolvimentista governamental. Segundo Bonduki (1998) e Bonduki e Koury (2014, v. 1), os núcleos habitacionais de inspiração moderna eram espaços propícios para os objetivos de ordem, controle, subordinação e massificação que integravam o projeto político e ideológico do Estado Novo.

A experiência dos Institutos de Aposentadoria e Pensões¹ – IAPs apropriou-se do ideário da construção racionalizada em respostas direcionadas a grupos específicos. As soluções apontaram diversidade urbanística, arquitetônica e de tecnologias construtivas (BONDUKI, 2014). Foram desenvolvidas propostas para a construção e para o arranjo interno da casa, implicando alterações nas tarefas domésticas por meio da racionalização e provimento de estruturas coletivas para a sua realização. A valorização da vida comunitária e a criação de serviços sociais fizeram parte da agenda de debates sobre a habitação operária.

¹ O IAP dos Industriários (IAPI), com atuação caracterizada pela implantação de empreendimentos em áreas centrais ou em localizações privilegiadas da cidade, foi o que mais se apropriou de propostas urbanísticas e arquitetônicas do Movimento Moderno com edifícios residenciais verticais. Em contraposição, nas soluções do IAP dos Comerciantes (IAPC) predominaram as casas isoladas em lotes tradicionais.



Nas décadas de 1940 e 1950, a implementação de HIS em regiões periféricas estabeleceu condições precárias de habitabilidade, visto que sua implantação foi proposta "não como uma ação positiva, mas como uma desculpa, que justificava a aceitação de qualquer tipo de assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, pois era a única maneira de enfrentar de fato a ausência de moradias" (BONDUKI, 1994, p. 730).

A crise de moradia resultante do contexto de intensa urbanização e incremento da demanda levou à criação, em 1964, do Banco Nacional de Habitação – BNH. Modelos urbanísticos foram adotados como forma de consolidação de um projeto de modernização. As soluções orientaram-se pelos princípios modernistas, embora, em grande parte, pautadas pela simplificação. Com a prioridade atribuída à produção do maior número de habitações com a otimização de tempo e custo, estes empreendimentos caracterizaram-se por grandes conjuntos habitacionais padronizados, construídos na periferia das cidades e com soluções arquitetônicas repetidas. Diante da inadequação das moradias, seus proprietários buscavam adequá-las às suas necessidades com intervenções que geraram tensão entre os âmbitos doméstico e público. Um cenário que se reproduziu igualmente em frações urbanas de ocupação irregular.

Nesse percurso histórico a relação entre os âmbitos doméstico e o público assumiu diferentes configurações. Na rua-corredor das cidades pré-industriais essa comunicação realizava-se por meio das portas e janelas das fachadas, sendo as ruas consideradas continuidade das salas. Nos cortiços, atividades coletivas eram realizadas num espaço de circulação envolvido por casas. Essas relações sofreram modificações determinantes com a apropriação gradual dos referenciais modernistas para a produção formal da HIS. A rua teve muitas de suas funções diminuídas ou desapareceu em soluções com edifícios distribuídos em espaços amplos com poucos usos e em que, muitas vezes, a integração visual era comprometida por empenas "cegas" sem janelas (COELHO, 2012). A nova dinâmica de vida urbana decorrente igualmente refletiu-se na vida das famílias, resultando na redução da vivência pública.

No âmbito da crítica aos princípios modernistas na década de 1960, retomou-se a contribuição dos arranjos espaciais tradicionais, sendo resgatadas escalas espaciais de associação humana: casa, rua, bairro e cidade. A reflexão partiu da relação da casa com a rua, destacando-se uma "terceira esfera" (SILVA, 2012), que se estabelece no espaço intermediário entre o público e privado. Esta esfera tem potencial de conflitos e articulações, onde, no contexto da HIS, evidenciam-se os impactos negativos decorrentes de intervenções realizadas pelos moradores.

Neste período iniciam-se, de forma mais evidente fora do Brasil, críticas ao urbanismo modernista "ortodoxo" e que se assumia majoritariamente funcionalista². A obra que reforça essas críticas foi lançada, em 1961, pela jornalista e ativista política Jane Jacobs, no livro "The Death and Life of Great American Cities". No Brasil o texto foi chamado de "Morte e Vida de Grandes Cidades", publicado em 2000. Ele tem por base a crítica ao urbanismo funcionalista hegemônico à época, que havia sido difundido pela Carta de Atenas com fins de reconstrução das cidades no pós-guerra.

Um dos impactos da obra foi a importância atribuída às ruas no tecido urbano e ao papel das calçadas. Este tema foi especialmente relevante para a época devido às propostas de segregação de fluxos e usos que regia o urbanismo funcionalista de raiz modernista. Neste debate, a autora cunhou o termo "olhos para a rua", referindo-se à vigilância casual e natural que acontece entre moradores e pedestres (WENDT, 2009). Ao tratar deste conceito, afirma que "[...] a ordem pública [...] não é mantida somente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio à própria população e por ela aplicados" (JACOBS, 1961, p. 31, tradução nossa).

A partir desta constatação, Jacobs lança alguns pressupostos para o desenho urbano que são caros à interpretação desse artigo sobre a relação entre âmbitos doméstico e público. A autora, em uma lista de três características, aponta a necessidade de atentar-se aos "olhos para a rua" dos usuários naturais. Nesta atenção os edifícios cumprem importante objetivo ao preparar as ruas para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores. Sendo, para atrair esses estranhos, necessário que haja motivos para deslocamentos, envolvendo estabelecimentos e outros locais públicos localizados ao longo das calçadas (JACOBS, 1961).

² Concomitantemente, os situacionistas haviam estabelecido críticas sobre o urbanismo funcionalista (JACQUES, 2003). Neste artigo privilegiou-se a abordagem de Jacobs (1961) por ser mais próxima ao objeto de pesquisa.



A partir dos pensamentos de Jacobs (1961), outros estudos ao longo das décadas foram realizados, ampliando ou reafirmando os conceitos originais. No final da década, em 1968, Willian Whyte escreveu sobre a sociabilidade nos espaços urbanos e destaca um grupo de pessoas que chamou de "indesejáveis", apresentando-os como adolescentes, moradores de rua, bêbados etc. Em sua leitura os moradores, por medo do desconhecido e na tentativa de se protegerem, produzem espaços privados que restringem a comunicabilidade com espaço público.

Nesta linha de pensamento, em 1972, Oscar Newman apresenta o conceito de "espaço defensável" cujo sentido corresponde à necessidade de desenvolver um senso de territorialidade para que os usuários se sintam responsáveis por ele, ao mesmo tempo em que inibiria a presença de pessoas "indesejadas". Para isso, Newman (1972) defende a necessidade de uma hierarquia na cidade dividindo-a em espaço público, espaço semi-público, espaço semi-privado e espaço privado. Não há nesse conceito a segregação de fluxos e usos, mas sim, um reconhecimento dos diversos tipos de espaços para que os usuários se sintam pertencentes e promovam a vigilância informal.

O debate de Newman (1972) influenciou outras abordagens avançando no sentido original do conceito de "olhos para a rua". Uma dessas influências resultou nos estudos sobre *Crime Prevention Through Environmental Design* ou "Prevenção de Crimes por meio de Projetos" no início da década de 1990 e de *Cities for People* ou "Cidades para Pessoas" do Jan Gehl (2010). Embora sejam conceitos internacionais, estas abordagens explicam alguns fenômenos que acontecem no desenho urbano e no espaço doméstico, destinados à habitação social – formal ou informal –, especialmente: (1) a produção de muros cegos ou gradeados; e (2) postergar a finalização dos muros ou das calçadas.

Mais recentemente, Coelho (2012) analisou a relação entre o doméstico e público focalizando as essenciais ligações entre edifícios e o espaço exterior e propondo características e desempenhos inerentes ao âmbito de transição, que condicionam ou contribuem para o estabelecimento e/ou fortalecimento das conexões. Em seus estudos aborda a realidade física desde o bairro aos edifícios residenciais, em que as diferentes escalas espaciais são consideradas níveis de realização do habitar, assim como o são as relações entre as escalas. Os níveis espaciais partem do âmbito do Bairro a caracterização dos espaços domésticos. Um dos níveis de qualidade relevantes para este artigo é o "habitar" (inter)relacionado, que aponta para as relações entre os diferentes âmbitos como elemento de qualificação da habitação.

Com esse entendimento, Coelho e Pedro (2013) consideram a transição entre os edifícios habitacionais e o entorno um âmbito espacial, além de relacional, referenciando-se a exteriores contíguos que acolhem usos específicos para a edificação residencial. Podem ser espaços privativos das unidades habitacionais, áreas comuns de condomínios ou espaços públicos ligados a edifícios. Dada a importância da coesão entre as edificações residenciais e o entorno imediato, os autores caracterizam esse âmbito como um "interior" público. Eles destacam que a atribuição de caráter a essa articulação proporciona diversidade espacial e contribui para a dinâmica urbana. Assim, nesses espaços podem ser resolvidos aspectos de acessibilidade, agradabilidade e lazer. São pontos de atenção para os moradores relativamente a atributos espaciais e funcionais – sequência de aproximação às edificações habitacionais – e a pormenores de arranjos específicos: cobertura da entrada, tipo de pavimentação, estruturas de sinalização e identificação.

Para Coelho (2012) a configuração da relação entre espaços, ambientes ou escalas espaciais pode ser abordada mediante duas perspectivas: da acessibilidade e da comunicabilidade. A acessibilidade na relação dos edifícios com o entorno imediato envolve a facilitação da aproximação ou o estabelecimento de continuidades. Importam a segurança, a oferta de condições de uso intenso do exterior público, a oferta de estruturas de acesso e percursos eficazes e a sequência entre a acessibilidade pública e a privada. A comunicabilidade, seja pelo contato físico ou visual, estabelece a correspondência entre os espaços, permitindo incorporar aspectos representativos de ambientes contíguos ou próximos. Importante destacar que, diferentemente dessas reflexões, estudos e teorias frequentemente orientam ou analisam soluções habitacionais por meio da abordagem dos âmbitos interno e externo da habitação como contextos independentes.

Observa-se que tanto na produção formal da HIS, quanto nas ocupações irregulares, a realização do habitar é comprometida decorrente de fechamentos realizados pelos moradores em suas residências, que dificultam a conexão entre a moradia e o entorno imediato, restringindo a acessibilidade e a comunicabilidade entre os âmbitos doméstico e público. O comprometimento da continuidade espacial resulta, portanto, em rupturas nas conexões entre essas vivências. Em face desses impactos nas



condições de vida da população que vive em situação de vulnerabilidade social, buscou-se adotar as problematizações acima abordadas como referenciais orientadores de ações de melhoria urbana. Propõe-se demonstrar estes conceitos por meio de estudo de caso realizado num contexto urbano em que as condições de hostilidade no espaço público resultaram em intervenções espontâneas por parte dos moradores no ambiente doméstico, resultando em rupturas nessa relação.

3. Ação urbana como objeto de reflexão sobre a relação entre os âmbitos doméstico e público

Os conceitos e reflexões acima abordados orientaram a atuação em uma Ação Urbana³, fomentada pela implementação do instrumento Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS e realizada em área de vulnerabilidade social e ocupação irregular no Distrito Federal, correspondente a uma praça localizada na Quadra 3, Conjuntos 10 e 11, Setor Norte da Cidade Estrutural. Esta área é uma fração urbana com uso do solo predominantemente residencial, com provimento de equipamentos públicos e comunitários (Figura 1). A praça é conformada por lotes residenciais a ela confrontantes, sendo que as vias circundam um espaço de convivência com infraestrutura precária (Figura 2). Observam-se nos limites frontais de grande parte dos lotes o fechamento com muros que limitam a relação do âmbito doméstico com o público. As condições de segurança pública caracterizam-se por considerável hostilidade.

A Ação Urbana foi orientada pela compreensão de que o habitar transcende o espaço da moradia. Consistiu no planejamento e execução participativos de melhorias nos espaços públicos que contribuíram para atenuar a condição de vulnerabilidade social da população, fundamentada na compreensão do direito à cidade como o acesso à habitação e à qualificação do lugar de sua inserção. Alinhada a estratégias promotoras da emancipação comunitária, desenvolveram-se e implementaram-se processos de parceria entre a comunidade, o poder público, universidades e entidades de classe com vistas à qualificação das condições de vida das famílias.

Essas parcerias favoreceram o acolhimento de propostas de intervenções nos elementos de interface entre doméstico e público das residências. Motivadas pelo processo participativo, foram realizadas visitas ao interior das edificações em que se constatarem as características dos domicílios e da sua relação com espaço público, principalmente: (1) a precariedade dos materiais empregados nas edificações, muitas delas sem revestimentos; (2) ausência de pavimentação no espaço de transição entre a calçada e os cômodos principais da edificação; (3) a construção de muros em que inexistem aberturas para além de portões em painéis fechados. Evidenciou-se que, na maioria das residências, os moradores priorizaram a finalização de cômodos como a cozinha, quartos e sala, e adiaram o cuidado com varandas, fachadas, muros e calçadas.

³ A ação urbana foi realizada por meio de processo participativo no âmbito da III Jornada de Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social – JATHIS, em 2019. A JATHIS tem por objetivo contribuir para a formação de estudantes e de profissionais para atuarem nas temáticas relacionadas ao direito à cidade e à moradia digna.

Figura 1: Localização da Praça (área de trabalho, em verde) na fração urbana em 2018, esclarecendo as principais características do entorno.



Fonte: Autores (2020) com base na imagem aérea do Google Earth de 2018.

Figura 2: Vista Geral da Praça (área de trabalho)



Fonte: JATHIS (2019).

As visitas foram orientadas, principalmente, para compreender como o projeto participativo poderia promover articulação entre âmbitos doméstico e público. Isto é, interessava compreender o “habitar” (inter)relacionado por excelência. Como ponto de partida foram iniciadas conversas sobre a possibilidade de implantação de painéis nos muros. Essas conversas levavam a outros pontos fundamentais desta relação, especialmente vinculadas aos muros, às aberturas e ao uso das calçadas.



Os muros se estabelecem como único elemento de separação entre os ambientes domésticos e o espaço exterior. Muitas edificações são alinhadas à testada do lote, já que estes são de dimensões insuficientes para as famílias em coabitação⁴. Isso não significa que esses muros são as fachadas destas edificações, já que eles possuem concepção e estrutura construtiva próprias de muros.

As calçadas são irregularmente pavimentadas, algumas com rampas para acesso dos veículos e outras em estado avançado de deterioração. Ambas condições restringem a capacidade de maior fluidez no trânsito dos pedestres, o que os induz a circular no leito carroçável, junto aos automóveis ou na praça ao centro. Frequentemente, também, encontrou-se carros estacionados sobre as calçadas. A prática social cotidiana leva a acreditar que, para os moradores, há preferência por se utilizar o leito carroçável como canal principal de movimentação.

Essa leitura inicial sobre as condições materiais e as práticas sociais que acontecem na área observada permitiu extrair algumas considerações a partir da teorização estabelecida no capítulo anterior. Optou-se por concentrar em duas perspectivas, as mesmas apresentadas por Coelho (2012): acessibilidade e comunicabilidade.

A acessibilidade é uma condição para o uso frequente e intenso do âmbito público. Ela é essencialmente urbana, mas apresenta vantagens quando se infiltra nos limiares entre os âmbitos doméstico e o público. Para essa perspectiva, a calçada exerce importante contribuição, visto que ela é o principal mecanismo de acessibilidade nesse limiar. A calçada é o primeiro contato que os moradores possuem com o espaço público.

Devido às leis brasileiras, a calçada é domínio público, sendo responsabilidade de manutenção do proprietário do lote à sua frente. Essa característica estabelece ambiguidade entre o que é público e privado, gerando posicionamentos diferentes a depender de cada um dos moradores. Os proprietários, cuja necessidade é utilizar a calçada para acesso ao lote, implementam rampas. Outros, em face da indisponibilidade de espaço no interior do lote, a utilizam como depósito. Os proprietários com conforto ambiental no interior doméstico prejudicado instalam bancos e outros mobiliários efêmeros. São aspectos da dinâmica cotidiana que apontam que a relação entre âmbito doméstico e público de fato se realiza de forma mais flexível do que sinaliza a rigidez dos muros.

À exceção da instalação de mobiliários efêmeros, as calçadas não estão colocadas a serviço da permanência dos moradores no espaço público. Na Praça observou-se deficiente agradabilidade. Inclusive, ao longo do processo participativo alguns moradores sinalizaram a necessidade de implementar vegetação e outros embelezadores. Essas duas condições – a saber, mobiliários e a falta de agradabilidade – enfatizavam as condições de hostilidade e baixa atratividade. Curiosamente, ao mesmo tempo em que há o desejo por implementar melhorias nestes espaços de transição entre o doméstico e público, a reação ao medo do “indesejável” implica na criação de elementos de hostilização ao público externo. Invariavelmente, esses elementos também criam dificuldades na permanência, visto que limitam a acessibilidade.

Partindo-se do pressuposto de que a população usa os espaços públicos sequencialmente – primeiro a calçada, depois a rua, a praça, o ponto de ônibus, etc. – é necessário que todo o sistema de espaços livres seja mais funcional, agradável e estratégico, relativamente aos percursos. Assim, pode-se evidenciar que os elementos de hostilização no entorno da Praça reverberam sobre todo o sistema de acessibilidade desde o interior doméstico aos pontos de transporte público.

O principal aspecto sobre a agradabilidade do espaço, no contato individual com os moradores, foi a possibilidade de implementação de painéis nos muros. Esta proposta foi encaminhada como uma forma de expressão da individualidade de cada família, bem como, potente para embelezar o plano de fundo da Praça. Dentre as 23 moradias circundantes à Praça, 4 famílias optaram por não fazer os painéis, cuja justificativa era o baixo envolvimento com a ação proposta devido aos conflitos com os demais moradores. A expressão da individualidade permitiu o envolvimento ativo dos moradores inicialmente com a pintura dos muros e posteriormente com a transformação da Praça. Os moradores em geral demonstraram verbalmente, após a implementação das pinturas, satisfação com os painéis, justificando que não tinham recursos para finalização dos muros, bem como, satisfação por promover o embelezamento da casa, já que era um importante espaço de comunicação da família com o contexto urbano. A abordagem sobre a acessibilidade evidenciou uma série de conflitos na forma de

⁴ Coabitação é entendida como a condição em que duas ou mais famílias habitam a mesma moradia.



apropriação da Praça, e fomentaram um aprofundamento da investigação.

A preocupação com a acessibilidade quantitativa e qualitativa do espaço é um tema recorrente na literatura e historicamente relevante. Os princípios modernistas da cidade funcionalista evidenciaram e propuseram cidades eficientes, para as quais a acessibilidade doméstico-público reforçava o sentido de “máquina de habitar”. O espaço da Praça, objeto de investigação, se configurava opostamente a estes princípios, visto que é fruto do conflituoso jogo de tensões na produção do espaço. O local é fruto de ocupação espontânea e informal e, embora tenha sido objeto de regularização estatal, possui como legado o histórico de ações sociais especialmente vinculadas aos ocupantes originais. No início, segundo relato dos moradores, o terreno original possuía geometria irregular e foi ocupado segundo os interesses dos integrantes da família. Ao longo das décadas, os lotes foram subdivididos e cedidos ou vendidos, diversificando os atores sociais. Fica evidente que essa ampliação de agentes representa, também, a diversificação de interesses para com o espaço público. Por vezes, esses interesses são antagônicos e resultam em disputas. Por esse motivo, não é possível ler este espaço como fruto de uma acessibilidade eficiente e rígida, já que é originária desse processo histórico de produção do espaço.

Outra evidência clara desse processo de negociação da ocupação do espaço está na comunicabilidade arquitetônica residencial. Esse conceito pode ser definido como aquilo que está ligado ou que tem contato físico ou visual, sendo portanto, a ligação entre ambientes contíguos ou próximos. A abordagem da comunicabilidade esteve presente nas discussões durante todo processo, sendo reconhecido pela população como um elemento importante.

Uma primeira aproximação aconteceu durante os encontros comunitários, onde foi possível evidenciar a importância da comunicabilidade entre o interior dos domicílios e a praça. Neste momento retomou-se o debate sobre os “olhos para a rua” de Jacobs de 1960, a partir do momento em que se apresentou as vantagens das aberturas para promover a vitalidade urbana e fortalecer o “habitar” (inter)relacionado. Os debates posteriores originários a partir de Jacobs também foram levantados (NEWMAN, 1972; WHYTE, 1968), especialmente na capacidade dessas aberturas de promover o controle social e ampliar a sensação de segurança frente ao medo dos indivíduos “indesejáveis” – assim como definido por Whyte (1968).

O encontro individual com cada família possibilitou ampliar o debate sobre a comunicabilidade. Neste momento ficou evidente a clareza dos moradores sobre a importância de haver aberturas nos muros voltados para a praça e, ao mesmo tempo, uma falta de compreensão sobre a contribuição que cada muro poderia ter para com o espaço público. A ferramenta do desenho (ver Figura 3⁵) possibilitou explorar e dirimir esta falta de compreensão, já que ilustrou as vantagens das aberturas (janelas, portas, intervalos entre edifícios, etc.), demonstrando que há um contributo recíproco na transparência entre os dois espaços. Os argumentos mais presentes sobre essa reciprocidade foram: (1) possibilidade de ventilação natural; (2) composição harmoniosa do desenho do muro; (3) ampliação da capacidade de vigilância da rua e da praça.

É sabido que uma transparência mediada por elementos construtivos tem a capacidade de revelar, parcialmente, os conteúdos residenciais e a partir daí caracterizar uma vizinhança. Dessa forma, a partir dessa caracterização, é possível enriquecer a identidade e o caráter do território, sendo possível transportar essa identidade do exterior para o espaço doméstico. Daí surge a importância de uma análise mais atenta às possibilidades de comunicabilidade, a fim de identificar o potencial de relação entre os âmbitos doméstico e público.

⁵ Durante a conversa com o morador foram elaborados vários croquis para identificar seus desejos. As representações expressavam a individualidade da família. No exemplo da Figura 3, representa-se a religiosidade da matriarca. Alterações no desenho original foram feitas durante todo o processo, a partir da escuta aos desejos da família beneficiada que também auxiliou na execução do painel.

Figura 3: Processo de implementação dos painéis nos muros.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do acervo da JATHIS (2019).

No caso da Praça, observou-se que as poucas aberturas existentes estavam implementadas nos portões, seja para acesso aos cadeados na face interior ou como recurso estilístico. Alguns portões, em momentos com maior transparência, foram alterados com chapas metálicas para obstrução da visão, devido à cultura do medo frente à violência. Ou, em casos específicos, observou-se que a ampliação da moradia resultou na incorporação do afastamento frontal do lote com parte essencial da edificação (transformando-se na sala ou na cozinha) e, portanto, para uma questão de privacidade, foram instalados bloqueios à visão do exterior para o interior.

Mais uma vez, fica claro o histórico da habitação social no Brasil modelando a relação dos âmbitos doméstico e público. Isto é, o déficit habitacional promoveu transformações no modo de ocupação do lote urbano, com a coabitação e o adensamento excessivo. Do ponto de vista da composição das famílias, filhos ou outros parentes se instalam na casa após se filiarem, para economizarem ou reunirem rendas. Esta coabitação demanda ampliação constante na moradia, muitas vezes estendendo-se até os limites do fundo, das laterais e da frente dos lotes. Ao alcançar os limites da frente, o portão se torna a porta de entrada principal. As fotografias (Figura 4) a seguir apresentam um portão com edificação recuada e com aberturas (esquerda), bem como, outra moradia (direita) com adensamento excessivo e cuja construção alcançou o limite frontal do lote criando um quarto adicional e a sala principal, implicando no fechamento das aberturas.

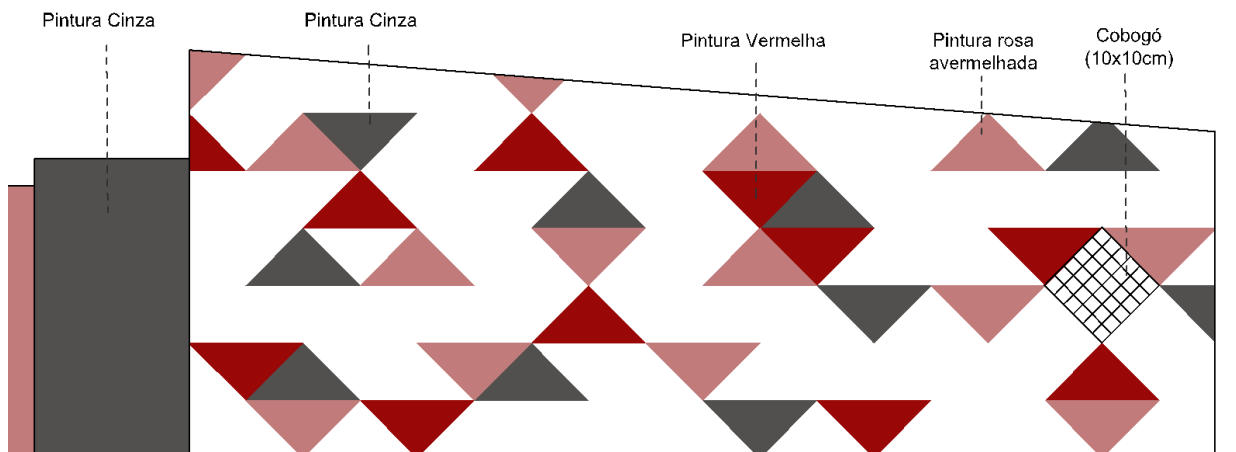
Figura 4: Muro como elemento de interface entre âmbito doméstico e público. Edificação recuada (esquerda) e alinhada ao limite do lote (direita)



Fonte: JATHIS, 2019.

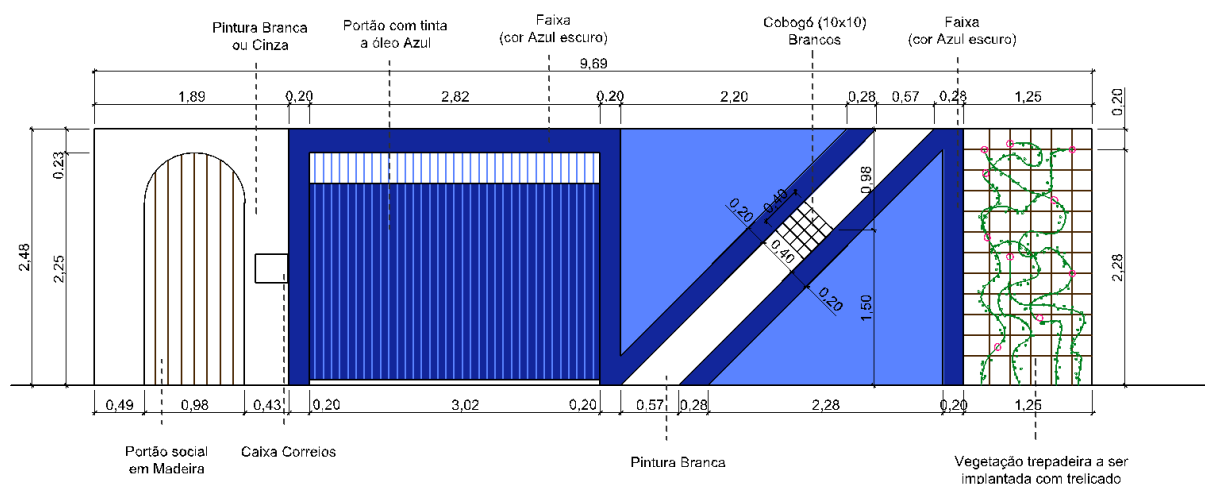
Nos casos em que o espaço doméstico se localizava no afastamento frontal e se exigia maior privacidade (por exemplo, o quarto), as conversas sobre a possibilidade de abertura foram rapidamente rechaçadas pelos moradores. Em lotes onde os espaços frontais demandam menos privacidade, as propostas foram acolhidas e previstas em projeto (vide projeto da fachada, cujo interior era uma varanda usada como sala, na Figura 5). Em todos os casos em que a edificação estava recuada da testada do lote, os moradores reconheceram a reciprocidade dos benefícios ao ter uma abertura no muro para estabelecer condições de comunicabilidade (Figura 6).

Figura 5: Estudos de melhorias nos muros frontais das residências como inclusão de aberturas evidenciando o acolhimento da “comunicabilidade”.



Fonte: JATHIS, 2019.

Figura 6: Projeto de painel em muro, com destaque para a abertura com cobogós à altura dos olhos na parte onde a edificação é recuada da testada do lote.



Fonte: JATHIS (2019).

Em face das ações e reflexões realizadas durante a ação urbana, é importante destacar que a aproximação à área de trabalho permitiu um reconhecimento inicial sobre a dinâmica de vida das famílias e a utilização/apropriação do espaço público. Evidenciaram-se restrita articulação da comunidade local, expressivas sinalizações de conflitos nas relações interpessoais, condições de insegurança resultante do tráfico de drogas, que resultou na baixa utilização do espaço público. Por meio de encontros com a comunidade foi possível apontar o potencial de qualificação do ambiente urbano decorrente da realização de atividades de permanência e circulação de pessoas, destacando-se que a dinâmica cotidiana no espaço público contribui para a segurança urbana e o fortalecimento do senso de comunidade. Foram ressaltadas as necessárias conexões entre os âmbitos doméstico e o público, destacando-se as contribuições positivas para a vida cotidiana relacionadas à integração desses âmbitos, a partir da presença de “olhos para a rua” e a realização de vivências no espaço público, de forma complementar à vida doméstica, sendo capazes de promover a acessibilidade e a comunicabilidade.

4. Conclusão

O percurso histórico da Habitação Social no Brasil evidencia esforços no sentido do provimento da moradia digna para a população em situação de vulnerabilidade social. Ações institucionais se destacaram em momentos específicos, particularmente nos períodos do Estado Novo, na atuação do BNH e, em anos recentes, na implementação do "Programa Minha, Casa Minha Vida". Paralelamente à atuação governamental, a população não atendida tem encontrado a sua solução habitacional no âmbito da informalidade. Diante dessa complexidade, o presente artigo buscou evidenciar o recorrente comprometimento da vida cotidiana para essas famílias, independentemente das formas de acesso à moradia.

Por meio do entendimento do conceito do “habitar” e de sua realização nos distintos âmbitos espaciais, buscou-se a compreensão das conexões entre os âmbitos doméstico e público, assim como de estratégias de sua consolidação. A abordagem de conceitos consolidados na literatura e sua aplicação em estudo de caso permitiu constatar que mesmo num contexto de hostilidade e agressividade urbanas, há manifestações de desejos pela vida pública, e a oportunidade do processo participativo realizado resultou no acolhimento e proposição de intervenções transformadoras da dinâmica estabelecida.

Observou-se que a conformação da fração urbana e do interior dos lotes é fruto de um processo histórico, condicionado por macroestruturas sociais que fogem ao controle dos moradores. A forma de ocupação traduz seu modo de vida, que se altera no tempo, evidenciando que a relação entre os âmbitos doméstico e público perpassa o entendimento do processo histórico de formação do espaço do habitar. Há aspectos inerentes à vida urbana cotidiana que determinam os posicionamentos de



cada morador diante do espaço público. No caso da área de estudo, o resultado foi o comprometimento do “habitar” (inter)relacionado.

Entretanto, o processo participativo promoveu reflexões e revisão de atitudes que se consolidaram em intervenções nos muros das residências, permitindo restabelecer a comunicabilidade e a acessibilidade nesse limiar. Estabeleceram-se “olhos para a rua”, consolidando-se as vigilâncias naturais para o espaço público. Igualmente expressiva é a apropriação das calçadas como espaço de vivência, enfatizando a transição e continuidade com o interior dos lotes e promovendo um fluxo de hierarquia entre espaço público, espaço semi-público, espaço semi-privado e espaço privado. Nesse sentido, a sequência entre a acessibilidade pública e a privada foi abordada por aspectos de agradabilidade e lazer. As condições de uso do exterior público foram favorecidas por meio da consolidação de estruturas de acesso e percursos. Compreende-se, de forma complementar, que o reconhecimento dos diversos tipos de espaços por parte dos usuários permitirá sua apropriação e o conseqüente sentimento de pertencimento.

Para além dos elementos físicos inerentes às intervenções realizadas, observou-se a apropriação dos aspectos simbólicos do “habitar”. As proposições de aberturas e ilustrações elaboradas em conjunto com cada família configuraram-se como manifestação de individualidades, consolidando a atribuição de caráter à articulação doméstico-público. A relação interior-exterior alterou-se de um contexto em que as famílias se isolavam do espaço público para uma condição em que se relacionam por meio de expressões individuais. São transformações que contribuem para o fortalecimento das conexões, efetivando-se a fundamental continuidade entre os âmbitos doméstico e público. Em processo contínuo, essas novas conexões estabelecidas promoverão o incremento das vivências no espaço urbano, contribuindo para a redução da hostilidade e agressividade então observadas, o que poderá ser objeto de investigação futura. O acolhimento contínuo da dinâmica cotidiana nesses espaços consolidará condições de vida favoráveis aos moradores.

5. Referências

- BONDUKI, N. G.; KOURY, A. P. **Os pioneiros da habitação social**: Cem anos de política pública no Brasil. 1a ed. São Paulo: Edições SESC, 2014. v. 1.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 3, n. 127, p. 711-732, abr. 1994.
- _____. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Fapesp, 1998.
- BLUMENSCHNEIN, R. N.; PEIXOTO, E. R.; GUINANCIO, C. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social**: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva. Brasília: UnB/FAU, 2015.
- CIANCIO, L. M. Public Space, Common Space, and the Spaces In-Between: a case study of philadelphia's love park. **City & Community**, v. 19, n. 3, p. 676-703, set. 2020.
- COELHO, A. B. **Habitação e Arquitetura**: Contributos para um habitar e um espaço urbano com mais qualidade. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., 2012.
- COELHO, A. B.; PEDRO, J. B. **Do bairro e da vizinhança à habitação**: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais. Lisboa: LNEC, 2013.
- CORREA, J. D. A. Em torno da dinâmica espaço-tempo. In: LEITÃO, L.; AMORIM, L. **A casa nossa de cada dia**. Recife: Ed. UFPE, 2007. p. 23-46.
- CORREIA, T. D. B. **A construção do habitat moderno no Brasil: 1870-1950**. São Paulo: RiMa, 2004.
- DE PAOLI, D. **O valor do desenho urbano na construção de bairros habitacionais e comunidades**. 2014. 251 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. 2014.
- DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.



FURLAN, D. L. S.; DUDA, M. E. Estado da arte da pesquisa científica sobre ATHIS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais...** Natal: ANPUR, 2019. p. 1-24.

GEHL, J. **Cities for people**. Washington, D.C.: Island Press, 2010.

GORI, R. M. de A. Observação Participativa e Pesquisa-Ação: Aplicações. **Itinerarius Reflectionis**, v. 1, n. 2, p. 113-120, jan./jun. 2006.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: 30 jul. 2020.

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.

JACQUES, P. B. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. **Arquitextos**, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MÜLLER, M.; TRUBINA, E. Improvising urban spaces, inhabiting the in-between. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 38, n. 4, p. 664-681, maio 2020.

NEWMAN, O. **Creating defensible space**. Washington, D.C.: U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research, 1996.

_____. **Defensible space: People and Design in the Violent City**. New York: Macmillan, 1972.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

PEREIRA, S. M. **Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

REIS CABRITA, A. M. **O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação**. Lisboa: LNEC, 1995.

SILVA, A. R. P. **"LIMEN" – a soleira: estudo do espaço de transição interior/exterior da habitação: relações sociais e identidade**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

SUN, K.; PONT, M. B.; LEGEBY, A. Squares for co-presence: The influence of urban form on the intensity and diversity of people co-present in 12 squares in Gothenburg. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 11., 2017, Lisboa. **Anais...** Lisboa: SSS Lisbon, 2017. p. 115.1-115.20.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TOPRAK, I.; ÜNL, A.; NES, A. V. Street networks as places of social interaction in culturally diverse neighbourhoods of Istanbul. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 12., 2019, Beijing. **Anais eletrônicos...** Beijing: SSS Beijing, 2019, p. 170.1-170.19.

WENDT, M. **The importance of Death and Life of Great American Cities (1961) by Jane Jacobs to the Profession of Urban Planning**. Newark: New Visions for Public Affairs, School of Urban Affairs and Public Policy - University of Delaware, 2009. v. 1.

WHYTE, W. H. **The last landscape**. New York: Doubleday, 1968.

ZEROUATI, W.; BELLAL, T. Evaluating the impact of mass housings' in-between spaces' spatial configuration on users' social interaction. **Frontiers of Architectural Research**, v. 9, n. 1, p. 34-53, mar. 2020.